

CONTEXTO E REFERÊNCIA NA ANÁLISE TEXTUAL

CLEMILTON LOPES PINHEIRO

RESUMO: Nosso objetivo, neste trabalho, é realizar um estudo teórico sobre a relação texto, contexto e referência e discutir sobre a maneira como a análise textual pode operar com essas noções e como pode formular o seu papel na construção do sentido do texto. Focalizamos as propostas analíticas de duas abordagens de grande inserção nos estudos linguísticos brasileiros: a Análise Textual dos Discursos e a Perspectiva Textual-interativa.

Palavras-chave: contexto; sentido; referência; texto.

ABSTRACT: In this work, we aim to accomplish a theoretical study about text, context and reference relation and to discuss how textual analysis can operate with the notions and how it can formulate its role in the construction of the meaning of the text. We focus the analytical proposals of two approaches with great insertion in Brazil linguistic studies: Textual Discourse Analysis and Textual-Interactive Perspective.

Keywords: context; meaning; reference; text.

INTRODUÇÃO

No percurso de mais de meio século de estudos, o conceito de texto passou por uma significativa ampliação. Ele deixou de ser concebido sob uma base meramente gramatical, como frase complexa, para ser concebido sob uma perspectiva sociocognitivista, como lugar de interação. Cada uma das concepções desencadeia, conseqüentemente, diferentes formas de abordagem. Em grande parte delas, o contexto e a situação efetiva de produção ganham relevância. As abordagens que situam o texto no seu contexto de produção se caracterizam pela abertura interdisciplinar e transdisciplinar, e, dessa forma, cada uma toma um conjunto específico de questões relativas ao texto e à própria noção de contexto.

Tomada como objeto de estudo por pesquisadores não só da área de linguística, e servindo como recurso analítico para explorar variados tipos de dados, a noção de contexto é, pelo seu próprio caráter, multifacetada, e está ligada a vários outros conceitos, como os de discurso, fala, comunicação, processos conversacionais, interpretação, os quais, por sua vez, envolvem aspectos de natureza variada:

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte (RN), Brasil.
clemiltonpinheiro@hotmail.com

cognição, conhecimento, processamento, memória, percepção, realidade, papéis sociais, cultura, planos, crenças, normas, frames, ações não-verbais.

A referência é uma noção que, em muitos estudos, está diretamente relacionada à de contexto, sobretudo a que se opõe ao entendimento de que o referente é o correspondente externo do mundo para a palavra. Nessa perspectiva, a referência não é uma representação extensional de referentes do mundo extra mental, mas uma relação intersubjetiva e social, através da qual os sujeitos interagem com o mundo. Concebido, portanto, o referente como construção, o processo de entendimento do referente ultrapassa a expressão linguística e não prescinde da alusão ao contexto.

Considerando, assim, os estudos textuais que não desvinculam o texto de suas condições de produção e, dessa forma, recorrem, de uma forma direta ou indireta à noção de contexto, neste trabalho, nós pretendemos empreender um breve estudo teórico sobre a relação texto, contexto e referência. Nosso objetivo é discutir sobre a maneira como os estudos textuais, especificamente quando tomam o texto para análise, concebem o contexto e a referência e como formulam, direta ou indiretamente, o seu papel na construção do sentido. Optamos por focalizar duas abordagens de grande inserção nos estudos linguísticos brasileiros: a Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2008) e a Perspectiva Textual-interativa (JUBRAN, 2006). Essas abordagens têm em comum o fato de tratarem o texto a partir das condições de produção e do contexto e de recorrerem à referência como categoria analítica.

1. AS NOÇÕES DE CONTEXTO E REFERÊNCIA

Como já assinalam diversos autores, conceituar “contexto” é uma tarefa bastante complexa. A verdade é que a superfície conceitual desse termo envolve diferentes aspectos e, em todo caso, muito longe de consenso. Não é nossa intenção aqui elaborar uma discussão exaustiva.

Segundo Koch e Elias (2009), a virada pragmática pela qual passou a Linguística Textual contribuiu para uma compreensão de contexto. Assim, as autoras apontam uma divisão na visão de contexto no âmbito da Linguística Textual: o contexto imediato, que integra os participantes, o local e o tempo, assim como os objetivos das interações; e o contexto mediato, que compreende os entornos social, histórico e cultural. Essa divisão é complementada por um outro tipo de contexto: o sociocognitivo. Com base nesses três tipos de contexto, Koch e Elias (2009: 81) apresentam a seguinte posição sobre o contexto:

O contexto abrange não só o contexto, como a situação de interação imediata (o entorno sócio-político-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais, pois engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos sujeitos sociais.

Para tratar conceitualmente o contexto, Adam (2006) retoma as fórmulas muito utilizadas pela análise do discurso francesa nos anos 1960-80, que põe em

relação o contexto e as condições de produção do discurso: “discurso = texto + contexto/condições de produção e de recepção/interpretação” e “texto = discurso – contexto/condições de produção”. Para o autor, essas fórmulas associam o contexto a “elementos que completam ou asseguram a interpretação do enunciado” e ao “lugar de onde provêm, direta ou indiretamente, ou seja, por inferência, esses elementos” (2006: 14). Para ele, essa compreensão já não procede e deve ser ignorada, pois, entende que não é possível se acessar o contexto como um dado extralinguístico objetivo, mas “somente como reconstruções pelos sujeitos falantes e/ou por analistas (sociólogos, testemunhas, filólogos ou hermenutas)” (2006: 14).

Nesse sentido, para ele, a situação de enunciação “deve ser considerada sob o ângulo da produção (enunciação e re-enunciações sucessivas de textualizações editoriais) e da leitura-interpretação, sempre em mudança” (2006: 18). Isso significa dizer também que o contexto da enunciação é construído de maneira mais ou menos explícita pelo próprio texto.

Adam (2006) defende ainda a ideia de que o contexto é uma realidade ao mesmo tempo histórica e cognitiva, inseparável da memória intertextual. Como “memória (inter)discursiva”, também não é um dado situacional exterior ao sujeito.

A interpretação de toda esquematização discursiva mobiliza saberes parciais, úteis momentaneamente. Ela pode convocar saberes enciclopédicos estocados na memória de longo termo, mas opera prioritariamente com saberes (enunciados e textos) disponíveis na memória de trabalho de curto termo. Do ponto de vista cotextual, uma vez presente, uma unidade linguística torna-se o suporte potencial de retomadas: em outros termos, as entidades textuais presentes tornam-se candidatos potenciais de anáforas e “empregar uma anáfora”, o que não é mais que marcar uma enunciação como relativa a um certo estado da memória. (ADAM 2006: 31)

Coseriu (2007) é outro pensador que defende a teoria de diferentes formas de saber subjacentes ao processo de construção do sentido dos textos. Nessa direção, o autor apresenta a noção de entorno, uma categoria heterogênea que abarca características intrínsecas e extrínsecas do texto. O contexto é um dos quatro tipos de entorno, ao lado da situação, da região e do universo do discurso.

O contexto, igualmente uma categoria heterogênea, é toda realidade complexa que rodeia o signo. O contexto pode ser verbal ou extra verbal. Esse último comporta ainda subtipos: físico (“constituído pelas coisas que estão à vista de quem fala ou as que o signo representa imediatamente”), empírico (“constituído por objetos e por estados de coisas objetivos conhecidos pelos interlocutores em um momento e em um lugar determinado”) e natural (“designa a totalidade do mundo que nos é conhecido enquanto contexto verbal”) (COSERIU 2007: 224). Esses contextos compõem igualmente o conhecimento enciclopédico e também são definidos a partir do sujeito.

Como dissemos, não pretendemos, e nem poderíamos, realizar uma discussão exaustiva sobre os debates conceituais em torno da noção de contexto, mesmo se ficássemos no âmbito dos estudos do texto. A breve retomada dos autores aqui citados, no entanto, assinala a direção para uma noção de contexto, que pode ser resumida como “contexto situacional”. Se considerarmos o raciocínio de Schmol

(1999: 241) acerca dessa noção, “há um risco de tornar a noção pouco operacional, porque muito poderosa”, já que muita coisa pode fazer parte do contexto. Nesse sentido, ele propõe a distinção entre o contexto virtual e o pertinente.

O contexto situacional apresenta, então, ao menos dois aspectos distintos: 1) o ambiente real, próximo e distante dos locutores, de fato tudo o que não é a mensagem propriamente dita e notadamente a mensagem verbal, e que constitui um contexto objetivo e estático; e 2) um contexto subjetivo e dinâmico, o fato de que tudo não é pertinente no contexto real, os locutores vão selecionar o que lhes é necessário em função da organização das representações que têm do ambiente. (SCHMOLL 1999: 241)

Para o autor, o contexto pertinente não está na realidade, mas na mente dos interlocutores, o que supõe uma memória que organiza as representações que os interlocutores têm do ambiente. Nesse sentido, ele propõe que o “contexto se organiza por analogia ao funcionamento da memória” (1999: 242). O contexto mais próximo da memória de curto termo, ou o micro contexto, cujas unidades de sentido são menores é mais fácil de ser manipulado como um dado objetivo. Ao contrário, quanto mais distante da memória de curto termo, ou o macro contexto, cujas unidades de sentido são maiores, mais a distância entre elementos objetivos e subjetivos é patente, “mais é patente a distância entre o contexto virtual e o contexto pertinente” (1999: 243).

O contexto pertinente, portanto, está relacionado ao que é estável na mente dos interlocutores. O autor reconhece, no entanto, que se trata de um objeto de estudo fluido: “o contexto é um objeto de estudo fluido, que se desloca com o ponto de focalização: ele é sempre o fundo do objeto estudado e não o objeto em si mesmo. (SCHMOLL 1999: 243). Nessa direção, Adam (2006: 11) defende que “uma ciência do contexto é simplesmente impossível”. “Por prudência, eu diria, então, que podemos apenas dar definições relativas a um quadro teórico e metodológico limitado”.

Como também não poderíamos nos estender muito na discussão sobre o que diz respeito à noção de referência, retomamos a divisão que Cavalcante (2011) estabelece nos estudos da referência. A autora invoca, em um primeiro momento, a perspectiva de alguns filósofos que abordaram a relação entre a linguagem e as coisas. Nesse momento, ela salienta que o conceito de referente evoluiu e chega a ser relacionado à noção de signo linguístico. No segundo momento, a autora apresenta a “perspectiva atual”, inaugurada pelos trabalhos de Mondada (1994) e Apothéoz (1995), que se opõe à ideia de referência como representação extensional de referentes do mundo. No interior dessa perspectiva, a autora faz ainda uma subdivisão: a dos estudos que atrelam referenciação à menção de expressões referenciais e a dos estudos que a concebem como um processo cognitivo-discursivo. Esses dois tipos de estudos não se distanciam muito, e ambos concebem a referência como um processo, razão pela qual passe-se a falar sobre processos de referenciação e criação de referentes ou objetos de discurso. Essa noção de referenciação é sintetizada na seguinte formulação de Cavalcante, Pinheiro, Lins e Lima (2010: 233-34).

O processo pelo qual, no entorno sociocognitivo-discursivo e interacional, os referentes se (re)constróem. Trata-se, portanto, de um ponto de vista cognitivo-discursivo, e é por isso que se diz que a referenciação é um processo em permanente elaboração, que, embora opere cognitivamente, é iniciado por pistas linguísticas e completado por inferências várias.

Os dois tipos de estudos que caracterizam a “perspectiva atual” apontam para dois tipos de análise: uma em que as expressões referenciais são tomados como elos coesivos e a partir daí se descreve como se obtém a unidade formal do texto; e outra em que se analisam o processo de introdução e manutenção de referentes, e se destacam funções responsáveis pela construção textual (através dos processos de retroação e prospecção) e pela orientação argumentativa, entendida como uma forma de realçar partes ou propriedades do objeto discursivo que mais favorecem a intenção do falante/escritor. Nesse segundo grupo, as expressões referenciais são tomadas como multifuncionais.

Segundo Cavalcante (2011: 59), “os elos referenciais vão entrelaçando-se nas representações mentais que os falantes vão elaborando no universo do discurso, compondo verdadeiras cadeias anafóricas”. Essa coesão não se estabelece apenas pelo que está explícito no cotexto, mas também pelo “que se encontra implícito na memória discursiva e que se descobre por inferência” (2011: 59). Para a autora, dois grandes processos referenciais se fundamentam no critério da menção ao cotexto: a introdução referencial e a anáfora. A diferença entre os dois está no fato de que o primeiro não se atrela a nenhum elemento formalmente dado no cotexto (termo âncora), mas o segundo sim.

Esses dois processos, por sua vez, fundam duas funções gerais das expressões referenciais: introduzir formalmente um novo referente no universo discursivo e promover a continuidade referencial. A autora frisa, no entanto, que a continuidade referencial não ocorre obrigatoriamente com a manutenção do mesmo referente.

Quando o mesmo referente é retomado, dizemos que a anáfora é correferencial. Mas nem toda continuidade, ou seja, nem toda anáfora é correferencial, porque nem todas retomam o mesmo objeto de discurso. Quando acontece de não haver correferencialidade, a continuidade se estabelece por uma espécie de associação que os participantes da enunciação elaboram por inferência. (CAVALCANTE 2011, p. 61)

Cavalcante (2011) destaca ainda a dêixis como outro processo referencial que também promove a formulação e a construção dos sentidos do texto. A autora retoma alguns trabalhos anteriores sobre o tema e apresenta uma classificação das formas dêiticas (dêiticos pessoais, sociais, de espaço, textuais, e da memória). No que diz respeito às funções dos dêiticos, ela conclui o seguinte:

As funções que os dêiticos exercem no discurso vêm, desse modo, somar-se – mais que isso: integrar-se - às demais funções anafóricas, acumulando, por vezes, certos efeitos de expressividade, de emotividade, de (des)comprometimento, dentre outras motivações estilísticas e/ou modalizadoras do discurso. (CAVALCANTE 2011: 116)

Em síntese, segundo a perspectiva atual da referenciação de que fala Cavalcante (2011) os referentes/objetos de discurso são construções complexas que ocorrem

no processo comunicativo, negociadas pelos locutores e interlocutores. Trata-se, portanto, de uma noção indissociável da de contexto. Como já destacamos, a noção de contexto é complexa, e só é possível discutir algumas definições possíveis relativas a uma dada perspectiva. Disso, nasceu nossa intenção de discutir a forma como as abordagens textuais reconhecidas como contextualistas mobilizam o contexto e a referência em seus modelos de análise textual.

Como não poderíamos dar conta em profundidade das diversas escolas, teorias e autores que, nas últimas décadas, têm tomado o texto como objeto de estudo, tivemos que realizar um recorte. Um primeiro critério que pensamos em utilizar para realizar esse recorte foi o de considerar as abordagens que consideram e integram os elementos interacionais ou pragmáticos (contextuais) aos níveis de organização do texto. Ainda assim, teríamos um número grande de abordagens/modelos e não poderíamos dar conta de todos¹. Pensamos, então, em considerar as abordagens de maior inserção no Brasil. Observamos que, no Brasil, a Linguística Textual tem se caracterizado como uma disciplina que focaliza o texto a partir de interesses variados e apresenta uma forte inclinação para a interdisciplinaridade. Nesse sentido, o programa investigativo brasileiro tende a se organizar em torno de parâmetros do texto (referenciação, coerência, sequências, argumentação, topicalidade, dentre outros). No entanto, muitos pesquisadores, ao focalizarem determinados parâmetros do texto, têm recorrido de forma mais pontual às abordagens de Adam (2008), Análise Textual dos Discursos, e de Jubran (2006), Perspectiva Textual-iterativa. Como as duas abordagens têm grande inserção na Linguística Textual brasileira, entendemos que nossa discussão poderia se restringir a elas.

2. O CONTEXTO E A REFERÊNCIA NA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

A Análise Textual dos Discursos (ATD), proposta por Adam (2008), apresenta uma preocupação teórica e epistemológica ligada à demanda de propostas concretas para a análise de texto.

O texto é certamente um objeto empírico tão complexo que sua descrição poderia justificar o recurso a diferentes teorias, mas é de uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso em geral que temos necessidade, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência. (ADAM, 2008: 25)

Como podemos observar, a ATD articula Linguística Textual e Análise do Discurso de forma que o estudo do texto passa a ser um domínio da abordagem do discurso. Os elementos do plano do discurso são os externos ao texto, mas sempre

¹ Bernádez (1982), por exemplo, destaca alguns desses modelos dentre os muitos que existem na Linguística Textual.

relacionados a ele: a ação visada, a interação social, a formação sociodiscursiva e o interdiscurso.

Segundo Adam (2008), a consistência e a complexidade próprias do discurso estão nos textos, que são construções editoriais históricas e linguísticas. Nesse sentido, o autor argumenta que os analistas do discurso não desenvolveram o interesse pela questão da análise da organização do texto. É a Linguística Textual, portanto, que tem o papel de explorar e de teorizar sobre essa organização. Assim, a ATD visa reintegrar as teorias do texto às teorias do discurso, ou seja, visa articular elementos intrínsecos e extrínsecos ao texto, ambos essenciais para a determinação dos seus sentidos (ADAM 2012).

A distinção entre texto e discurso e entre os dois tipos de análise (do texto e do discurso) é, portanto, essencialmente metodológica. Essas análises se organizam em níveis. Há, então, um nível de análise de discurso e um nível de análise de texto. Esses dois grandes níveis envolvem um total de mais oito níveis, três no nível de discurso: o da ação visada (nível 1), o da interação social (nível 2) e o da formação sócio discursiva (nível 3); e cinco, no nível de texto: o da textura (nível 4), o da estrutura composicional (nível 4), o da semântica (nível 6), o da enunciação (nível 7), e o dos atos de discurso (nível 8).

A proposta destaca a articulação entre os dois níveis. E, embora o nível textual contemple apenas os elementos internos e constituintes do texto, a articulação entre os dois níveis deve, em tese, ser levada em conta na análise, que, por essa razão, se diz textual dos discursos. Em síntese, a proposta da ATD considera o texto como um sistema de sistemas. Cada um dos sistemas ou subsistemas corresponde a um nível, que, apesar de ser relativamente autônomo, opera sempre em articulação com os outros.

Segundo o próprio Adam, essa proposta pode deixar parecer que a noção de contexto está excluída ou deixada de lado, por ser conectada à de discurso. No entanto, é exatamente na conexão com o nível do discurso em que o autor situa a noção de contexto no domínio da ATD.

O contexto de um texto dado está nos gêneros presentes no interdiscurso de que ele faz parte e na intertextualidade que ele mobiliza; o contexto de um texto está nas variações históricas de suas edições, nos enunciados peritextuais e nos cotextos que o entornam materialmente, assim como nas glosas sucessivas das quais ele foi objeto por seu autor ou comentaristas (metatextos) (ADAM 2006: 32).

Para Adam (2006), portanto, no quadro da ATD, o texto não é uma entidade estável, autônoma e fechada, mas “contextual”, já que apresenta relações peritextuais, cotextuais, intertextuais e metatextuais. Todo texto se presta a novas leituras, mais superficiais ou mais profundas, por seus leitores. Essas leituras podem ser apenas esperadas pelo autor ou editor. A esse processo, Adam (2006) chama de textualização sucessiva, que é submetida, ao longo do tempo, a infinitas re-contextualizações. Esse tipo de textualidade põe em causa a ideia de espaço interno e externo ao texto. O autor assinala que um texto (o discurso de Montreal do general De Gaulle, por exemplo) existe apenas como textualizações diversas. São apenas as textualizações (uma versão escrita disponível na internet, uma versão dos

arquivos nacionais do Canadá, uma versão em áudio disponível nos arquivos da Rádio Canadá) a que se tem acesso, e cada uma contribui para a construção de um efeito do texto. Cada uma dessas textualizações é tomada nos dados do contexto. Considerado na sua dimensão variável, “o texto assume esta dimensão temporal e material que é, propriamente falando, sua historicidade como fato de discurso” (ADAM 2006: 37). Como os textos são objetos contextuais produzidos por uma textualização mutável, se desfaz também a oposição entre texto e contexto.

Um exemplo pode ser tomado do próprio autor para verificar a questão de como, em termos analíticos, a ATD recupera o contexto, entendido como os elementos extrínsecos do texto, tendo em vista a determinação do sentido. Adam (2010) apresenta uma análise de um célebre discurso do general De Gaulle, então presidente da França, pronunciado em julho de 1967, em Montreal, Canadá. Após a narração da situação histórica do discurso em que se tem um caso diplomático entre França e Canadá, a análise descreve detalhadamente as formas de acesso ao texto: duas versões escritas do texto proferido oralmente. Segundo o autor, “o estabelecimento filológico do texto é a primeira tarefa do analista de discurso. Como estudar o texto sem verificar sua origem?” (ADAM 2010: 103). Em seguida, defendendo que o discurso apresenta um plano de texto retórico, ele examina o início (*exórdio*), o final (*peroração*) e o gênero do discurso (gênero epidítico). Para não retomarmos toda a análise, consideramos resumidamente o que autor diz sobre *exórdio*. Essa parte é dividida em dois atos de discurso diferentes: um habitual para a circunstância (fazer uma saudação) e outro menos habitual (fazer uma confissão). A saudação é marcada pela tonalidade pessoal e aí também se manifesta uma imagem, o *ethos* discursivo do orador. Essa tonalidade é modificada no ato da confissão em que De Gaulle transforma totalmente a situação de enunciação e o caráter oficial de sua tomada de palavra, o que instaura uma postura de proximidade e de convivência entre o orador e seu público. Algumas outras passagens são trazidas pelo autor para mostrar que o discurso de De Gaulle apresenta uma linha argumentativa e é surpreendente no contexto sociopolítico da época.

Com a análise desse discurso, Adam (2006: 97) defende que, “no detalhe da manifestação da palavra política, o contexto está, literalmente, no texto”. A análise mostra também que o texto é um campo de forças centrífugas e centrípetas.

Todo texto é, por definição, um campo de *forças centrífugas* (dados externos que vão da intertextualidade às condições materiais e sócio históricas de produção, passando pela identidade do orador encenada na enunciação e nas escolhas relativas ao gênero) e de *forças centrípetas* (que garantem a unidade do texto e sua dinâmica interna).

Em síntese, para a ATD, o contexto são as variações próprias da historicidade do texto como fato de discurso. Em função desse contexto, o texto está em constante mudança, e não há texto em si mesmo, estável, único. Essas variações (peritextuais, cotextuais, intertextuais e metatextuais) exercem um papel fundamental na determinação dos sentidos do texto. Esse raciocínio não está explicitamente formulado na proposta teórica da ATD, tal como é apresentada em Adam (2008). Na verdade, ela é inferida pelas análises textuais.

O modelo analítico da ATD visa articular elementos intrínsecos (os níveis do sistema do texto) e extrínsecos (os níveis do sistema do discurso). Como cada nível é relativamente autônomo, pode-se ter a impressão, como o próprio Adam (2006) reconhece, de que o contexto é excluído da análise e não se percebe sua relação com os efeitos de sentido construídos no e pelo texto. De fato, se a análise empreendida não se ativer a isso metodologicamente, corre-se o risco de ficar no campo das forças centrípetas, tendo-se apenas a impressão de uma análise contextualista.

Para ilustrar o que seria esse risco, trazemos um exemplo sobre a representação discursiva, um dos níveis do sistema textual. Trata-se da análise do discurso do deputado Severino Cavalcanti, proferido, em 2005, por ocasião da sua renúncia ao mandato e ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados (RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO 2010). A análise identifica a complexa representação discursiva que Severino Cavalcanti faz de si: “homem sertanejo e religioso, comerciante que sacrificou sua prosperidade à política, filho, esposo, pai, político vocacionado e bem sucedido, presidente da Câmara que lutou contra o Executivo, beneficiando a população etc” (2010: 176). Os autores focalizam a construção da representação *sertanejo* através do levantamento de referências, predicções, aspectualizações, relações e localizações, concentradas em três momentos do texto, de modo a detectarem relações semânticas isotópicas. A representação discursiva de Severino Cavalcanti como sertanejo se expressa, portanto, através dessas relações semânticas isotópicas.

Por meio de uma série de equivalências que se inicia com a frase citada de Euclides da Cunha e é mediada pela lembrança da experiência da infância sofrida: o sertanejo é um forte > “o que isso queria dizer para mim?” > Severino foi um menino pobre do Nordeste > os meninos pobres do Nordeste são sertanejos fortes > Severino é um sertanejo forte > Severino é um forte. (RODRIGUES, PASSEGGI e SILVA NETO 2010: 179)

Parece-nos, portanto, que essa análise tem um alcance predominantemente textual, porque pautada nas isotopias presentes no texto. O que se evidencia em termos de construção de sentido toma como escopo sobretudo a dinâmica interna do texto, em articulação apenas com outros planos do sistema textual. A razão para o fato de entendermos que não é tão visível a manipulação de dados externos (as forças centrífugas), nessa análise, de modo a se perceber a sua natureza contextual, pode ser exatamente a falta de uma formulação teórica mais explícita, no modelo, sobre o contexto.

No que diz respeito à referência, o modelo analítico da ATD considera essa noção quando trata dos tipos de ligação das unidades textuais de base (a proposição enunciada), o nível 4 da análise, e da representação discursiva, nível 6.

As ligações semânticas entre as unidades textuais de base, segundo Adam (2008), são de dois tipos: as correferências e as anáforas de um lado, e as isotopias de outro. As relações de correferência são também entendidas como anafóricas já que a interpretação de um significante depende de outro, presente no cotexto à esquerda (anáfora propriamente dita) ou no contexto à direita (catáfora). Adam (2008) resume os diferentes tipos de anáfora: resumitiva, associativa e pronominal,

que é por definição a anáfora fiel, pois não indica geralmente nenhuma nova propriedade do objeto. Assim, as formas anafóricas e as cadeias correferenciais asseguram a progressão textual através de novas especificações e da mobilização dos referentes virtuais dos lexemas convocados. Quanto ao segundo tipo de ligação (as isotopias), o autor desenvolve os conceitos de cotopia, heterotopia e polisotopia. As isotopias que resultam das cadeias referenciais atuam também no nível 6 da análise, o da representação discursiva, como discutimos anteriormente na breve metanálise do trabalho de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010).

Em síntese, a referência é mobilizada no modelo analítico da ATD para a descrição da forma como se estabelece a unidade formal do texto especificamente quanto à ligação das unidades textuais de base, e para a descrição das isotopias semânticas responsáveis pelas representações discursivas. Nesse sentido, a referência exerce papel fundamental na determinação do sentido do texto. No entanto, não percebemos, ao menos nos limites da apresentação do modelo, de que forma a referência se associa ao contexto (as variações peritextuais, contextuais, intertextuais e metatextuais) para a determinação desse sentido.

3. O CONTEXTO E A REFERÊNCIA NA PERSPECTIVA TEXTUAL-INTERATIVA (PTI)

A Perspectiva Textual-interativa (PTI), como proposta teórica para a análise textual, foi desenvolvida pelo grupo do texto do Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), no Brasil (KATO 1996). A base dessa perspectiva é o conceito de linguagem como interação, como atividade verbal impregnada pelo contexto espaço-temporal e sócio histórico em que os interlocutores se relacionam. A interação verbal é vista como resultado do exercício de uma competência comunicativa, que se manifesta na contingência da efetivação da atividade linguística do sujeito e é caracterizável a partir de regularidades, observáveis no texto e nas operações envolvidas em sua produção, que evidenciam um sistema de desempenho linguístico constituído de vários subsistemas: o fonológico, o morfossintático e o textual. Através dos dados presentes no texto, é possível identificar os indícios do modo de funcionamento desse sistema de desempenho (JUBRAN 2006).

Com base na postulação desse sistema de desempenho linguístico, em que as estruturas linguísticas e as suas formas de processamento se integram num só conjunto, o enfoque textual-interativo concebe, então, o texto como algo simultaneamente estruturado e emergente. A partir disso, postula-se que os dados pragmático-situacionais se introjetam no texto, de forma que o interacional é inerente ao linguístico.

Nesse sentido, os dados pragmáticos não são vistos como moldura dentro da qual se processa o intercâmbio linguístico, ou como camada de enunciação que envolve os enunciados. As condições comunicativas que sustentam a ação verbal inscrevem-se na superfície textual, de modo que se observam marcas do processo formulativo-interacional na materialidade linguística do texto. (JUBRAN 2006: 29).

Seguindo o percurso de análise que toma o texto como objeto global, para dele serem apreendidas regularidades configuradoras das estruturas e das formas de processamento das estratégias de composição, e inferidas funções pragmáticas relativas a essas estratégias, o grupo do texto do PGPF desenvolveu uma série de estudos que dizem respeito às atividades de formulação e elaboração do texto (no caso, especificamente do texto falado). Essas atividades de formulação e elaboração, interacionalmente situadas, são, então, entendidas como os processos de construção do texto.

Em síntese, essa perspectiva propõe que a análise da construção do texto seja integrada a fatores enunciativos “que lhe dão existência e se mostram na sua própria constituição” (JUBRAN 2007: 312). Operacionalmente, a análise é desenvolvida em termos das seguintes tarefas: a) definir regularidades/princípios de processamento dos procedimentos de construção textual; b) investigar as marcas formais que sistematicamente assinalam tais procedimentos; c) verificar a funcionalidade desses procedimentos em situações concretas de uso da linguagem, respeitado sempre o princípio de projeção conjugada, porém em graus diferentes e proporcionalmente correlacionados, das funções textual e interacional. (JUBRAN 2007).

Segundo Jubran (2006: 29), no âmbito de uma descrição textual-interativa, “é fundamental que o produto linguístico sob análise seja abordado dentro do contexto sócio comunicativo do qual emerge, a partir das marcas concretas que a situação enunciativa imprime nos enunciados”. A expressão “contexto sócio comunicativo” parece equivaler a “fatores pragmáticos”, “dados situacionais”, “fatos interacionais”. São expressões usadas de forma alternada e equivalente, nas análises, para designar fenômenos específicos da coprodução textual realizada no *status nascendi* do texto.

O estudo de Jubran (2006a) sobre a parentetização pode ilustrar a maneira como essa noção de contexto é mobilizada na descrição textual-interativa. Segundo a autora, os parênteses integram uma modalidade de inserções sem estatuto tópico, “definida como breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem” (2006a: 303). Com base nessa característica e no fato de que introduzem fatores pragmáticos no texto, a autora estabelece tipos de parênteses: a) os menos desviantes do tópico e mais pendentes para o conteúdo dos enunciados, “sem deixarem de sinalizar demandas pragmáticas para a sua ocorrência (2006a: 325); e b) os mais desviantes e mais focalizados na situação de comunicação, sem que, com sejam anuladas as suas implicações para o conteúdo. Com base nesses tipos, são também identificadas quatro classes, conforme o foco dos parênteses: a) na elaboração do tópico, b) no locutor, c) no interlocutor, d) no ato comunicativo. As três últimas classes sinalizam mais fortemente as demandas pragmáticas.

Cada classe corresponde a diferentes funções textual-interativas. A descrição dessas funções conflui para demonstrar como o papel do contexto é mobilizado na análise. Os parênteses que focalizam o locutor, por exemplo, exercem as funções de qualificar o locutor para discorrer sobre o tópico, manifestar interesse ou desinteresse pelo tópico, indicar desconhecimento do tópico, manifestar

atitudes do locutor em relação ao tópico etc. Já os parênteses que focalizam o ato comunicativo focalizam dados variados do ato de comunicação.

Ruídos ou quaisquer outros fatos do texto falado que possam vir a perturbar o canal físico ou o contato entre os locutores, instruções sobre a modalidade que deve assumir a interação em determinadas situações de interlocução, contingências necessárias para a realização ou prosseguimento do ato comunicativo, comentários avaliativos sobre o ato comunicativo em processo, negociação de turnos, entre outros. (JUBRAN 2006a: 351)

Em síntese, poderíamos dizer que, para a PTI, o contexto está relacionado às contingências da situação, muitas das quais próprias do texto falado, como as intenções do locutor e sua relação com seu interlocutor, e as características do próprio ato comunicativo. Essas contingências são marcadas no texto, e a análise textual visa a articular estrutura (fenômenos de formulação e composição textual) e contexto (fenômenos da situação de comunicação). Ressalte-se que a preocupação da PTI parece ser explicar uma função, definida por motivos contextuais, e não um sentido, em razão, evidentemente, do fato de se inserir em um projeto mais amplo de elaboração de uma gramática.

A preocupação com a função pode levar ao risco de se empreender, no final das contas, uma análise essencialmente textual. É o que parece acontecer, por exemplo, com o estudo de Hildert (2006: 275) sobre o parafraseamento, “uma estratégia de construção textual que se situa entre as atividades de formulação, por meio das quais novos enunciados remetem, no curso da fala, a enunciados anteriores, modificando-os parcial ou totalmente”.

Na análise do autor de paráfrases no texto falado, ele focaliza quatro aspectos que julga mais recorrentes: a distribuição dos enunciados da relação parafrástica, a atuação dos interlocutores no ato da paráfrase, a semântica, e as relações entre movimentos semânticos e características formais e funcionais das paráfrases. Essa escolha metodológica já revela um distanciamento do princípio mais geral da PTI, a projeção conjugada das funções textual e interacional. O foco de interesse da análise acaba sendo a estrutura das paráfrases e a construção do texto, e as contingências do ato comunicativo parecem ficar em segundo plano. A atuação do falante, por exemplo, no ato de parafrasear é mobilizada basicamente para compor um quadro classificatório da atividade parafrástica.

Para tratar da referência, no quadro teórico da PTI, é mais apropriado falar de referenciação (CAVALCANTE, 2011). Essa noção é associada ao conceito de tópico discursivo, unidade de análise textual proposta por essa perspectiva.

Segundo essa perspectiva teórica, o tópico discursivo tem por traço básico a contração, ou seja, a propriedade e concentração da interação verbal em um conjunto de referentes (objetos-de-discurso) concernentes entre si e em relevância em determinado ponto do texto. Nessa definição de tópico discursivo fica evidente que está em causa uma modalidade de referenciação – a que chamaremos de tópica –, em que os referentes constituem entidades do universo de discurso sobre o qual se fala. (JUBRAN 2010: 304-05)

Percebemos, portanto, que a referenciação é mobilizada na operacionalização da unidade de análise básica da PTI (o tópico discursivo) a partir da qual os processos

de construção do texto são estudados. Ao operar com a noção de referenciação e consequentemente com a de objeto de discurso, a PTI mobiliza necessariamente entidades interativa e discursivamente produzidas pelos participantes de um evento comunicativo. O que integra os objetos de discurso em um único conjunto referencial de forma a se configurar o tópico discursivo é uma relação global criada tanto por indícios textuais como por outros dados do entorno sociocultural e situacional dos participantes do evento comunicativo. Nesse sentido, evidencia-se a articulação entre texto e contexto (fenômenos da situação de comunicação).

A referenciação é também mobilizada, no quadro teórico da PTI, na análise dos mecanismos utilizados para articular os tópicos discursivos de forma a que eles continuem e progridam, e garantam o sentido do texto. Segundo Pinheiro (2015), as formas referências atuam como um dos mecanismos de articulação tópica. Para o autor, no movimento de articulação tópica, as cadeias referenciais, reiteradas em complexas redes, confirmam a continuidade tópica, e as retomadas anafóricas, sempre reconfiguradas, garantem a progressão. Nesse movimento, a construção textual é sempre relacionada a aspectos diversos do contexto (processo interacional).

CONCLUSÃO

Após o breve exercício de olhar para a ATD e a PTI como abordagens que oferecem modelos de análise de texto como o objetivo de discutir sobre a maneira como ambas concebem o contexto e a referência, e como formulam, direta ou indiretamente, o seu papel na construção do sentido, podemos fazer as seguintes conclusões:

a) em seus modelos analíticos, as duas abordagens dão relevância, de maneiras diferentes, à situação efetiva de produção, e isso se configura com um espaço para uma discussão teórica sobre a noção de contexto;

b) o contexto não é uma noção teórica explicitamente formulada; suas definições são relativas aos princípios gerais de cada abordagem, associadas a fenômenos extrínsecos ao texto, notadamente fenômenos da situação de produção e circulação dos textos;

c) as duas abordagens consideram sempre o pressuposto da projeção conjugada ou da articulação entre texto e contexto, e o de que o contexto está sempre no texto;

d) o pressuposto da projeção conjugada ou da articulação entre texto e contexto é mobilizado mais para a construção do sentido, enquanto conteúdo próprio de um texto, na ATD, e mais para a função, enquanto funcionamento gramatical da língua, na PTI;

e) faltam formulações metodológicas mais sistemáticas em ambas as abordagens para garantir melhor mobilização, na análise, do pressuposto da projeção conjugada ou da articulação entre texto e contexto.

f) nas duas abordagens, a referência é concebida como um processo de criação de referentes ou objetos de discurso, daí ser mais apropriado falar de referencialização.

g) na ATD, a referencialização, é mobilizada na análise da estrutura do texto, tendo em vista a determinação do sentido, mas sem relação explícita com o contexto.

h) na PTI, a referencialização é mobilizada na operacionalização da unidade de análise básica (o tópico discursivo) e no estudo de processos de construção textual, evidenciando-se sempre a relação com o contexto.

Por fim, considerando essas conclusões, acreditamos que os estudos do texto, apesar dos inúmeros avanços, ainda precisam vencer o grande desafio de propor uma teoria para a interpretação contextual dos textos no plano do sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel. Texte, contexte et discours en question. *Pratiques*, n. 129-130, 2006, p. 21-34.
- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, Jean-Michel. “Viva o Québec livre”: análise textual de um discurso do general De Gaulle. In: ADAM, Jean-Michel *et al.* (Orgs.). *Análises textuais e discursivas – metodologias e aplicações*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-126.
- ADAM, Jean Michel. Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d’analyse. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 14(2), 2012, p. 191-202.
- APOTHÉLOZ, Denis. *Rôle et fonctionnement de l’anaphore dans la dynamique textuelle*. Librairie Droz: Genève-Paris, 1995.
- BERDÁDEZ, Enrique. *Introducción a la lingüística del texto*. Espasa-Calpe: Madrid, 1982.
- CAVALCANTE, Mônica M.; PINHEIRO, Clemilton L.; LINS, Maria da Penha P.; LIMA, Geralda. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, Anna C.; LEITE, Marli Q. (Orgs.). *Linguística de texto e Análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 225-261.
- CAVALCANTE, Mônica M. *Referencialização: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- COSERIU, Eugenio. *Lingüística del texto – Introducción a la hermenéutica del sentido*. Edición, anotación y estudio previo de Óscar Loureda Lams. Madrid: Arco/Libros, 2007.
- HILDERT, José G. Parafraseamento. In: JUBRAN, Clélia. C. A. S. e KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). *Gramática do português falado culto falado no Brasil – a construção do texto falado*. v. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 275-299.
- KATO, Aizava M. (Org.). *Gramática do Português falado*, vol. V. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

- KOCK, Ingedore G. V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.
- JUBRAN, Clélia. C. A. S. A Perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, Clélia. C. A. S. e KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). *Gramática do português falado culto falado no Brasil – a construção do texto falado*. v. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, 27-36.
- JUBRAN, Clélia. C. A. S. Parentização. In: JUBRAN, Clélia. C. A. S. e KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). *Gramática do português falado culto falado no Brasil – a construção do texto falado*. v. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a, p. 301-357.
- JUBRAN, Clélia C. A. Uma gramática textual de orientação interativa. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria A. Torres; LOPES, Ruth E. V. e CYRINO, Sônia M. Lazzarini (Orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 313-327.
- JUBRAN, Clélia C. A. S. Referenciação. In: CASTILHO, Ataliba T. e HORA, Dermeval da (Orgs.). *História do Português Brasileiro: versão preliminar*. João Pessoa: UFPB, 2010, p. 304-17.
- MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours*. (Tese). Lausanne: Université de Lausanne, 670 p.
- PINHEIRO, Clemliton L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: Edufal, 2015.
- RODRIGUES, Maria das Graças S.; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: ADAM, Jean-Michel *et al.* (Orgs.). *Análises textuais e discursivas – metodologias e aplicações*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 150-195.
- SCHMOLL, Patrick. Production et interpretation du sens: la notion de contexte est-elle opératoire? *Scolia*, 6, 1999, p. 235-55.

Recebido: 25/02/2017

Aceito: 28/03/2017